

# UMA NOVA GERAÇÃO de POLÍTICAS DE JUVENTUDES

## **A Condição Juvenil**

A condição juvenil do início do séc. XXI é bastante mais complexa do que há alguns anos atrás e as profundas transformações que se estão a produzir nas nossas sociedades - evolução da estrutura familiar, mudanças nos modelos de produção, globalização, revisão do Estado-providência - são de uma profunda transcendência para os jovens. A Juventude Portuguesa vive hoje um quotidiano complexo marcado por problemas e dificuldades diversas, que limitam a concretização das suas aspirações e a sua inserção na sociedade.

Dentro deles merecem especial destaque a crise do sistema de ensino e dos valores de estabilidade que a ele deviam estar associados; o caos na formação profissional, com uma oferta ligada fundamentalmente à obtenção de fundos comunitários e frequentemente desligada das necessidades da economia real; os elevados níveis de desemprego e de emprego precário e a desregulamentação dos mercados laborais que afectam de forma especial e profunda o sector juvenil; as limitações no acesso à actividade cultural e desportiva; as dificuldades na obtenção de habitação própria e, conseqüentemente, na assumpção de uma vida autónoma e independente; entre outros.

Como consequência de alguns destes problemas temos que as biografias lineares quase deterministas foram substituídas por itinerários incertos, instáveis, abertos, com ritmos diferentes e com idades de emancipação do núcleo familiar cada vez mais tardias.

## **Cidadãos de pleno direito**

Torna-se assim simplista, irreal e incompleta a consideração da juventude apenas como uma etapa de transição entre a infância e a vida adulta.

Os jovens portugueses são o futuro do país mas, mais ainda, são também uma parte muito importante do presente.

Apesar dos condicionamentos apontados os jovens querem participar na construção da sociedade, desenvolver a sua criatividade, exercer os seus direitos, cumprir com as suas responsabilidades, ter opinião, construir soluções. Permanecem vivos junto de centenas de milhares de jovens valores positivos de empenho na vida social, de solidariedade e interesse pelos outros, de vontade de criar e de intervir de forma útil na vida da comunidade.

## **Políticas de Juventude**

As políticas de juventude devem assim passar do conceito de transição para um conceito de emancipação tanto no aspecto retórico como operativo, considerando a juventude como uma etapa plena de vida em que dada um se afirma no seu contexto social.

As políticas de juventude devem assumir-se como um eixo central das estratégias políticas globais. É tempo de POLÍTICAS DE JUVENTUDE com maiúsculas, essenciais para o bem estar presente e futuro da sociedade.

Não pode haver estratégia política e desenvolvimento sustentável (chavões que pontuam o discurso político) sem que a emancipação dos jovens jogue uma função central.

A alteração radical da situação social da juventude portuguesa exige, antes de mais, uma profunda mudança da perspectiva política de desenvolvimento do país e a adopção de uma Política de Juventude global e integrada, que combata os problemas dos jovens, dê voz às suas opiniões e concretize as suas aspirações. Uma política intersectorial e coerente capaz de coordenar as estruturas governamentais e acções dirigidas aos jovens oferecendo respostas que não encarem os problemas de forma fragmentada; uma política profundamente democrática, no sentido de incorporar em cada momento a participação dos jovens na sua implementação e difusão, superando elementos vigentes de paternalismo geracional e institucional; uma política que aceite o princípio da representação e portanto aceite e promova mesmo a participação activa dos jovens valorizando o Associativismo Juvenil enquanto portador privilegiado da capacidade interventiva da nova geração; uma política que, perante uma sociedade complexa e com rápidas e profundas transformações seja dinâmica, aberta à inovação e capaz de proceder a permanentes renovações, revisões e avaliações, incompatíveis com tradicionais perspectivas tecnocráticas.

## **A responsabilidade do associativismo juvenil**

A vontade de fazer coisas, o amor pela vida, a alegria, a amizade, a combatividade, o entusiasmo, a dedicação. É nestes valores e nestas características, presentes em maior ou menor grau na generalidade da juventude, que radica o desenvolvimento e a força do associativismo juvenil.

São cerca de 1200 as associações juvenis locais que por todo o país promovem manifestações sociais nas áreas da cultura, do desporto, do recreio e do lazer, do ambiente, do património e da solidariedade. Não poucas vezes as associações juvenis são mesmo o único pólo local de desenvolvimento de uma acção regular de valorização da participação juvenil e um elemento preponderante da animação da comunidade.

Contudo, a sua máxima rentabilização social exige a superação de factores estruturais próprios que retraem o seu dinamismo, debilitam a sua organização e afectam a sua sustentabilidade

Dentro das nossas próprias associações existem uma série de problemas, insuficiências e dificuldades que são facilmente identificáveis. No entanto, o carácter urgente da acção associativa diária tem-nos impossibilitado, muitas vezes, encarar o estrutural.

Entre as principais dificuldades endógenas com que se debatem as associações juvenis podem destacar-se as deficiências na formação e reciclagem temática e específica dos seus responsáveis e a inexistência de animadores e monitores em condições de dinamizar as diferentes iniciativas; o reduzido intercâmbio inter-associativo que conduz ao subaproveitamento da experiência de cada associação e a um certo auto-isolamento em relação aos seus problemas; a incipiente planificação estratégica dos projectos associativos; as dificuldades de comunicação que nos garanta o devido reconhecimento dos valores e da actividade associativa, ocupando o espaço público que nos corresponde que nos permita ter a presença e a projecção social necessária.

Enfrentar estas debilidades estruturais é uma responsabilidade do Associativismo juvenil. Um tecido Associativo forte exige que nos coloquemos assim, frontalmente, perante os nossos problemas e perspectivemos conjuntamente soluções. Devemos ser capazes de encontrar caminhos que nos permitam: superar a atomização associativa; rever os projectos estratégicos de cada Associação orientando a sua missão, objectivos e acção; potenciar os espaços de formação formal e informal para a participação associativa; diversificar fontes de financiamento favorecendo uma maior autonomia; favorecer o intercâmbio com outros sectores sociais; apostar decididamente na coordenação interassociativa e na acção conjunta; melhorar e intensificar a presença social e projecção da nossa acção.

### **A responsabilidade da Administração**

A Administração tem um papel relevante num processo de participação social da juventude. A participação juvenil é um elemento fundamental de coesão social sendo necessário neste sentido fazer uma aposta para fortalecer o associativismo juvenil de âmbito local como elemento estruturador da participação, fomentando a participação real dos jovens, dando espaço à criatividade e aprendizagem social e potenciando a sua centralidade na agenda pública.

O apoio ao associativismo juvenil, enquadrado no âmbito global da política de juventude, terá que passar por uma profunda transformação de processos marcados pela burocratização e centralização do IPJ. De igual modo, dar conteúdo correspondente à ambição dos objectivos proclamados pela Administração que permita uma mudança qualitativa do movimento associativo, exigem que o peso da parcela de apoio ao associativismo incluído no Orçamento de Estado para a Área da Juventude seja com isso compatível.

A correspondência entre o discurso e as práticas nas políticas de juventude exige uma Administração capaz de implementar um trabalho interinstitucional SEJ/IPJ/Movimento associativo, centrado no conceito de cidadania e articuladora de estratégias de emancipação e de luta contra as desigualdades e exclusões.

A Co-Gestão no desenho e implementação das Políticas de Juventude deve ser interpretada como um espaço real de participação. A Co-Gestão significa fortalecer a dimensão política da participação passando de uma relação

estritamente consultiva ou informativa a uma participação que implique dinâmicas colaborativas.

Trata-se assim da promoção e potenciação do Associativismo de participação, com uma acção desenhada e dirigida pelos próprios jovens e comprometida na construção de uma sociedade com menos desigualdades e injustiças. Isto é qualitativamente diferente do compromisso participativo pontual (voluntariado) sem margem para a intervenção nos mecanismos de tomada de decisão. O Associativismo co-responsabiliza os seus membros num projecto global. Um projecto que consolida valores democráticos e que ajuda a estruturar uma sociedade de futuro.

### Passar à acção

Declarados os princípios, assumidas as posições, encarados os problemas e elaborados os diagnósticos exige-se agora que se passe à acção. Desde já, achámos nesta fase prioritário.

1. Na área da **FISCALIDADE** urge a célere contemplação das seguintes medidas:
  - a. **Redefinição da actual lei do mecenato**, clarificando-se e reconhecendo as peculiaridades do Associativismo Juvenil;
  - b. A criação de um **regime de contabilidade simplificado**, adequado à realidade associativa, que dê, por um lado, transparência à vida financeira das associações, mas que não represente, por outro, um entrave à sua actividade;
  - c. A consagração de **benefícios fiscais**, designadamente em sede de IVA, de forma a consagrar o reembolso de imposto pago em aquisição de equipamentos e infra-estruturas destinado à realização dos fins estatutários das associações (acabando com a caricata situação de o Estado "dar com uma mão e tirar com a outra").
  
2. Entendemos prioritário o esforço na **CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS** para a juventude, com a comparticipação quer da administração central quer das autarquias, de forma a vencer esta séria limitação ao desenvolvimento associativo. Neste domínio torna-se particularmente importante:
  - a. A criação de uma **linha de apoio à aquisição e reparação de infra-estruturas**, por parte das Associações Juvenis;
  - b. A aplicação de **programas plurianuais** que permitam a viabilização dos projectos mais onerosos e que conduza à alteração significativa da realidade neste domínio;
  - c. A consideração das associações juvenis nos incentivos ao arrendamento;
  - d. De forma a permitir a participação de todos os jovens, é urgente a criação de uma **linha de apoio à eliminação das barreiras arquitectónicas** nas associações;
  - e. A **optimização dos espaços públicos**, muitas vezes infra-utilizados, através da abertura à co-gestão ao movimento associativo.

3. Consideramos como fundamental o **APROFUNDAMENTO DA CO-GESTÃO** nas estruturas da Administração relacionadas com a política de juventude, à qual deve ser conferido conteúdo efectivo de modo a incorporar os jovens no processo de decisão aos mais diversos níveis. Seguem-se alguns exemplos neste domínio que entendemos serem de fácil implementação:
  - a. A consagração da legítima **participação do Associativismo local no Conselho Consultivo da Juventude**;
  - b. A atribuição de **poderes efectivos aos Conselhos Consultivos Regionais** do IPJ, conferindo-lhes um papel interventivo, permitindo que a discussão dos problemas tenha reais consequências;
  - c. A atribuição do direito à FNAJ de indicar um **representante no Conselho de Administração do IPJ**;
  - d. A reformulação da estrutura jurídica da Movijovem e FDTI, no sentido de permitir a co-gestão com o movimento associativo;
  - e. A aplicação de mecanismos de **acompanhamento técnico da actividade associativa**, abandonando a tentação de efectuar um controlo burocratizante e inútil.
  
4. A promoção do **ACESSO DOS JOVENS À INFORMAÇÃO**, deve ser encarada como uma área prioritária, devendo-se assumir com clareza o desenvolvimento de uma verdadeira rede nacional de informação juvenil, descentralizada e com participação activa das associações na gestão e animação da informação, de modo a assegurar uma maior igualdade de oportunidade a todos os jovens. Em concreto propomos:
  - a. A criação de um **Centro Nacional de Informação Juvenil, com a coordenação da FNAJ**, aplicando efectivamente, na prática, a tão propalada co-gestão;
  - b. O relançamento dos **Postos de Informação Juvenil (PIJ)**, desta vez, com a participação das associações e dos jovens;
  - c. A criação de **PIJ itinerantes** que facilitem a difusão e promoção da informação a todos os jovens, independentemente do local onde habitem ou da sua condição económica;
  - d. Realização de **parcerias entre o movimento associativo e diferentes entidades** (IPJ, IEFP, FDTI, Autarquias, etc) no sentido de dotar as associações de recursos técnicos e humanos que permitam a implementação de “verdadeiros” serviços de informação juvenil.
  
5. Para um maior desenvolvimento qualitativo da actividade das Associações Juvenis, é absolutamente necessário dotá-las de **RECURSOS HUMANOS QUALIFICADOS**. Propomos:
  - a. A criação urgente do **Estatuto do Animador Juvenil Voluntário**, que reconheça finalmente a função dos cidadãos que tanto têm contribuído, ao longo de décadas, para a formação/educação dos jovens, reconhecendo, simultaneamente, a importância do trabalho de animação nas associações juvenis, criando condições para o seu reforço e credibilização. Acreditamos que o Estatuto do Animador Juvenil contribuirá para uma melhoria progressiva da qualidade da animação juvenil, promovendo o enquadramento deontológico das práticas de animação e reforçando a segurança e valor pedagógico das actividades dirigidas aos jovens;

- b. A adopção de medidas que favoreçam a contratação de profissionais por parte do movimento associativo juvenil. Sendo este um objectivo estratégico consideramos mesmo que se deveriam fixar ajudas à contratação de profissionais segundo as seguintes fórmulas automáticas de financiamento:
  - 1º Profissional – 75% de financiamento público (até um máximo de €500);
  - 2º Profissional – 50%
  - 3º, 4º e 5º Profissionais – 25%
- c. Que os excedentários da função pública possam ser requisitados para prestarem serviço nas associações;
- d. A assunção por parte do IPJ, ou de uma organização a criar, com a participação do IPJ e da FNAJ, da **certificação da actividade das associações** no domínio da formação de animadores, garantindo um conjunto de conhecimentos e competências, para o desempenho, com seriedade e responsabilidade da função de animador;
- e. Consagrar a área de **formação como prioritária** na aplicação das regras do PAAJ;
- f. Que o Estado purgue pela **devida aplicação do Estatuto do Dirigente Associativo** nos estabelecimentos de ensino público e privado.

## Projectos estruturais

### 1. COMISSÃO TÉCNICA OU GABINETE DE APOIO AO ASSOCIATIVISMO JUVENIL

Nos últimos tempos assistimos a um aumento exponencial do número de Associações Juvenis em Portugal. Em simultâneo as exigências da nossa sociedade “obrigaram” as Associações a realizarem iniciativas com cada vez mais qualidade, que se constituíssem como verdadeiros centros de interesse para os jovens. No entanto, o apoio do Estado Português às iniciativas jovens, através do Instituto Português da Juventude, não soube (ou não pode) acompanhar as transformações quantitativas e qualitativas que ocorreram no novo movimento associativo.

É por isso importante nesta fase procurar respostas alternativas que não ignorem o problema da **gestão dos recursos**, nem abdicuem do objectivo de estimular a participação juvenil. Respostas alternativas que “aliviem a pressão financeira” que existe sobre o IPJ mas que garantam às Associações Juvenis os instrumentos necessários ao desenvolvimento do seu trabalho em prol da juventude e da comunidade.

É nesse sentido que **propomos a criação de uma Comissão Técnica de Apoio**, gerida pela FNAJ, capaz de garantir competências logísticas que dêem às Associações perspectivas de alcançar projectos mais ambiciosos, diversificando os canais de financiamento, nomeadamente com o recurso a Fundos Comunitários. O objectivo é constituir um grupo tecnicamente evoluído, que dê consistência e garanta viabilidade aos projectos das Associações. Trata-se de uma medida de **baixo investimento**, e com uma perspectiva da sua **maximização e rentabilização**, que consideramos

fundamental, e que encara as debilidades financeiras do IPJ e as dificuldades estruturais crónicas das Associações Juvenis, inerentes ao seu carácter local.

## 2. CENFADA – CENTRO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE ANIMADORES E DIRIGENTES ASSOCIATIVOS

A grande expansão do movimento associativo juvenil na última década em Portugal colocou a descoberto novas necessidades. O altruísmo, a entrega, a forte motivação pessoal não são, necessariamente, garantes de capacidade de gestão, tanto mais necessárias quando se trata de otimizar a eficiência na aplicação de recursos limitados.

Acresce o carácter competitivo do sector privado de serviços sociais, que afecta também as entidades sem fins lucrativos, fazendo com que a sua consistência como prestadoras de serviços dependa, em grande medida, do seu grau de inovação e da qualidade dos próprios serviços que presta.

É no sentido de contribuir para colmatar estas necessidades ao nível da gestão e dinamização das Associações Juvenis, proporcionando a profissionais e voluntários um maior nível de qualificação e preparação que permita aumentar os níveis de eficácia e eficiência deste movimento associativo que surge o projecto CENFADA.

Os seus objectivos gerais serão:

- Dinamizar a Formação Associativa dos Jovens;
- Desenvolver iniciativas de Formação para os Animadores e Dirigentes Associativos Juvenis;
- Promover o estudo e investigação sobre o mundo Associativo.

A experiência acumulada e as análises das necessidades formativas permitem-nos classificá-la em duas grandes linhas de actuação:

- Acções formativas de carácter generalista orientadas para o desenvolvimento dos conhecimentos e aptidões que se exigem a dirigentes e animadores;
- O colectivo de dirigentes e animadores que possuem esta formação inicial requer formação mais especializada em áreas concretas, orientadas no sentido do conhecimento prático de instrumentos, técnicas de gestão e desenvolvimento associativo.

Estas duas necessidades formativas têm um carácter horizontal.

Assim, estas acções formativas deverão ser dirigidas a pessoal técnico e directores de todas as instituições que trabalham com jovens, independentemente do sector específico de actividade em que operam.

Procura-se assim obter a possibilidade de proporcionar uma oferta formativa de grande flexibilidade que permita aos beneficiários dispor de uma formação ajustada às necessidades das diferentes entidades.

Objectivos específicos:

- Fomentar acções que proporcionem a qualificação dos profissionais e dirigentes das Associações de carácter juvenil e a valorização da sua participação.

- Proporcionar uma maior relação com as instituições, desenvolvimento de contactos personalizados, recolha e troca de informação.
- Aplicação de planeamento estratégico para enfrentar um enquadramento de menos apoio comunitário e estatal e para uma maior optimização de recursos.
- Promover a valorização e reconhecimento público da acção das organizações, concretamente as de carácter juvenil.
- Desenvolver mecanismos de marketing social e associativo
- Contribuir para a ampliação das respostas e serviços, em conformidade com os interesses / objectivos das organizações e seus utilizadores

### 3. CORPORATE MARKETING

A desproporcionalidade entre a importância / trabalho efectivo do associativismo juvenil local e o reconhecimento social deste movimento constitui, provavelmente, uma das mais importantes barreiras estruturais e estruturantes ao desenvolvimento desta realidade.

A equação é simples: insuficiente reconhecimento público tem como consequência insuficiente reconhecimento político, que consequentemente desagua em insuficiente investimento financeiro, público ou privado, neste sector.

É, portanto, fundamental encarar como prioridade esta questão que, num cenário de escassez de recursos, terá inevitavelmente que passar por soluções conjuntas, capazes de disponibilizar competências logísticas comuns.

É neste sentido que propomos a implementação de uma **linha de marketing própria para o associativismo juvenil** (de acordo com o conceito de "corporate marketing"), gerida pela FNAJ, que contribua para aumentar o impacto das associações nas comunidades e o reconhecimento, pela população, pelas instituições e pelas empresas privadas, da validade do trabalho do movimento associativo.

A ideia é que o Associativismo Juvenil compartilhe uma imagem única que pudesse transmitir a sua verdadeira dimensão e a soma da importância das 1200 Associações Juvenis existentes em Portugal, podendo-se ainda obter ganhos de escala neste investimento.

**Sem Participação a Política de Juventude não faz qualquer sentido. Só o associativismo juvenil, livre e autónomo, pode assegurar uma efectiva Participação. É sob este lema que se deverá implementar em Portugal UMA NOVA GERAÇÃO DE POLÍTICAS DE JUVENTUDES.**